

**30 APOSTAS**  
**DE TEMAS**  
**DE REDAÇÃO**  
**COM CORREÇÃO**  
**NOTA 1000**





## SUMÁRIO

Tema 1: Caminhos para combater o preconceito linguístico na sociedade brasileira .....	3
Tema 2: Desafios para o ingresso do jovem no mercado de trabalho .....	4
Tema 3: Violência nos estádios de futebol: como promover a paz nesse esporte? .....	5
Tema 4: O desafio da doação de sangue em questão no Brasil .....	6
Tema 5: O combate ao estigma de brasileiros com TDAH.....	7
Tema 6: A persistência da cultura de queimadas na sociedade brasileira .....	8
Tema 7: Efeitos do uso excessivo de celular entre jovens no Brasil .....	9
Tema 8: A importância do turismo para manutenção econômica na sociedade brasileira .....	10
Tema 9: Energia renovável na sociedade brasileira.....	11
Tema 10: Dificuldades para combater o analfabetismo no Brasil.....	12
Tema 11: Alternativas para combater a banalização do alcoolismo entre jovens no Brasil .....	13
Tema 12: Alternativas para a promoção do saneamento básico no Brasil .....	14
Tema 13: Desafios no combate à obesidade na sociedade brasileira contemporânea .....	15
Tema 14: A dizimação de povos indígenas em território brasileiro .....	16
Tema 15: O uso do plástico na sociedade brasileira contemporânea.....	17
Tema 16: A falta de acesso à água potável na sociedade brasileira.....	18
Tema 17: Hábitos alimentares da sociedade brasileira.....	19
Tema 18: Caminhos para combater o aumento da população em situação de rua no Brasil .....	20
Tema 19: Caminhos para combater a persistência de estelionatos no Brasil .....	21
Tema 20: A importância da leitura na formação do cidadão .....	22
Tema 21: O protagonismo juvenil na transformação da sociedade brasileira.....	23
Tema 22: Violência nas salas de aula brasileiras.....	24
Tema 23: Combate ao aumento das IST entre jovens brasileiros .....	25
Tema 24: A contribuição da ciência para o bem-estar social no Brasil.....	26
Tema 25: A necessidade de mobilidade sustentável no Brasil.....	27
Tema 26: Direito e dignidade do trabalhador doméstico no Brasil .....	28
Tema 27: O combate ao comércio ilegal de animais silvestres no Brasil.....	29
Tema 28: A diminuição da prática de exercícios entre jovens no Brasil.....	30
Tema 29: Os desafios da adultização de crianças no Brasil moderno.....	31
Tema 30: Desafios para a promoção da saúde masculina na sociedade brasileira.....	32

**CLIQUE SOBRE O TEMA QUE VOCÊ QUER LER E  
VÁ DIRETAMENTE PARA A PÁGINA**





## **Tema 1: Caminhos para combater o preconceito linguístico na sociedade brasileira**

A chamada “Fase Heroica”, do movimento Modernista brasileiro, no século XX, tinha como uma de suas principais características a valorização da linguagem coloquial. Tal fato visava dessacralizar a linguagem culta defendida em movimentos anteriores, como o Parnasianismo, tornando-a mais acessível ao leitor. Entretanto, esse projeto de nacionalismo crítico só persistiu no âmbito literário, uma vez que, na contemporaneidade, o preconceito linguístico está presente e segrega diversos grupos sociais devido a raízes históricas e à influência dos meios de comunicação. Nesse sentido, fazem-se urgentes intervenções para combater esse mal.

Sob esse viés, a discriminação linguística é fruto da história brasileira. No período de Colonização, no século XVI, os jesuítas, ao promoverem o processo de catequização indígena, impuseram aos nativos a língua portuguesa, desconsiderando não só as línguas originárias faladas por esse povo, como o tupi-guarani, como também as suas variantes. Infelizmente, esse processo de aculturação acarretou o preconceito linguístico, tendo em vista que, ainda hoje, há uma visão elitizada sobre o domínio formal do português, que exclui as minorias que não tiveram a oportunidade de aprendê-lo. Dessa maneira, os pertencentes à elite brasileira enxergam a língua portuguesa como um instrumento de superioridade e, por conseguinte, reprimem indígenas e pessoas que têm baixo nível de escolaridade, taxando-os como “inferiores”, o que evidencia uma visão preconceituosa. Logo, práticas de conscientização tornam-se necessárias reverter esse triste cenário.

Além disso, a mídia corrobora a persistência dessa segregação linguística no país. Não são raros os programas televisivos que formulam intérpretes de forma caricata. Exemplo disso foi, no início dos anos 2000, o personagem intitulado de “Nerso da Capitanga”, do programa “Zorra Total”, que era apresentado de forma ridicularizada, aludindo a um homem do ambiente rural que tinha falas baseadas em variantes regionais mineiras, como “Uai” e “Sô”, de forma a incitar o riso no telespectador, pois era caracterizado como ignorante. Diante disso, nota-se que os meios de comunicação, devido ao seu poder de persuasão, influenciam negativamente a população à perpetuação do preconceito linguístico, tendo em vista que naturalizam, por meio de ficções engajadas, comportamentos intolerantes que estão mascarados em forma de entretenimento. Assim, cabe à mídia assumir a responsabilidade de produzir conteúdos que não naturalizem estereótipos.

Faz-se visível, portanto, a necessidade de combater tal problemática. Para isso, as escolas devem criar projetos que valorizem o ensino das variações linguísticas, por meio do uso de textos literários e de quadrinhos, a fim de conscientizar o estudante sobre a flexibilização da língua e, conseqüentemente, respeitar as diferentes expressividades da fala de todos os grupos sociais. Ademais, a mídia, com seu alcance de informação nacional, precisa produzir programas que desconstruam personagens caricatos, por meio de curadorias com linguistas, a fim de conter o preconceito linguístico. Assim, essas medidas contribuirão para que os ideais do Modernismo – de valorizar as variações e a coloquialidade como resultado de parte de nossa identidade cultural – não se restrinjam somente à literatura brasileira.



## **Tema 2: Desafios para o ingresso do jovem no mercado de trabalho**

O sociólogo Karl Marx, em sua teoria sobre o Capitalismo, defende que o sistema econômico tende a explorar a classe trabalhadora e a gerar desigualdades sociais. Nesse sentido, no Brasil, essa lógica pode ser observada na dificuldade dos jovens em ingressar no mercado de trabalho, uma vez que o sistema privilegia indivíduos com mais experiência, excluindo, assim, aqueles que buscam sua primeira oportunidade. Desse modo, para encontrar uma solução para esse problema, convém analisar suas causas e efeitos.

Diante desse cenário, a exigência de uma experiência laboral anterior dificulta o ingresso no meio trabalhista, pois o jovem, ao procurar seu primeiro contato com o mercado, é lastimavelmente privado dessa oportunidade. Isso é retratado no filme “À Procura da Felicidade”, em que o protagonista enfrenta dificuldades para encontrar um emprego devido à falta de experiência, sendo forçado a aceitar trabalhos instáveis para sustentar sua família. Semelhantemente à ficção, essa é a realidade de muitos jovens que são invisibilizados pelo meio corporativo devido à preferência por quem já possui experiência. Com isso, esse público sente-se desmotivado a procurar empregos, favorecendo a presença de desalentados no país, isto é, pessoas que deixaram de entregar currículos porque acreditam que não serão chamadas para prestar um serviço.

Ademais, essa prática empresarial pode estimular o serviço informal, já que, se esses sujeitos não encontram possibilidades formais, a tendência é aceitar a instabilidade empregatícia. Muitas empresas impõem exigências como qualificação superior e domínio de múltiplos idiomas, critérios que são inatingíveis para parte dos jovens em início de carreira. Um exemplo disso é o crescimento do trabalho como entregadores de aplicativos de delivery, uma alternativa informal que oferece baixas garantias e nenhum vínculo empregatício. Como consequência, muitos jovens acabam optando por atividades desse tipo, sem direitos trabalhistas ou estabilidade financeira, perpetuando um ciclo de precariedade que fragiliza o desenvolvimento profissional desse grupo. Assim, é inadmissível que esses indivíduos sejam condenados à fragilidade desse ofício, uma vez que o acesso às vagas formais está cada vez mais seletivo.

Portanto, o governo, promotor do bem-estar social, deve criar políticas públicas que facilitem o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, por meio de programas sociais voltados à inclusão de inexperientes e à qualificação profissional. Com o fito de ampliar o acesso às vagas formais e combater o aumento do serviço informal, essas ações visam garantir um mercado de trabalho mais equitativo e acessível, para que a exclusão analisada por Karl Marx, seja atenuada.



### **Tema 3: Violência nos estádios de futebol: como promover a paz nesse esporte?**

Na Grécia Antiga, as Olimpíadas surgiram como um evento que promovia a integração pacífica entre povos, em um ambiente de respeito e harmonia. No Brasil contemporâneo, no entanto, a realidade das arenas futebolísticas afasta-se desse ideal, com a violência crescente nos estádios, exacerbada por questões de racismo e pela atuação agressiva de torcidas organizadas. Assim, a fim de encontrar uma possível medida para esse entrave, convém analisarmos suas causas e efeitos.

Nesse sentido, o racismo é um dos principais fatores que agravam a violência nas arenas esportivas. Exemplo disso foi a agressão verbal sofrida pelo jogador Vinícius Júnior, que sofreu insultos raciais durante uma partida na Espanha. Esse tipo de situação evidencia não apenas a hostilidade enfrentada por atletas negros, mas também reflete uma cultura de discriminação que se perpetua dentro dos estádios. Por consequência, essa violência racial não apenas prejudica a experiência dos torcedores e jogadores, mas também desestimula a presença do público, que se sente inseguro em ambientes hostis.

Além disso, o fanatismo das torcidas organizadas outra problemática vigente. De acordo com o escritor George Orwell, o fanatismo é uma crença imutável que leva à recusa de qualquer crítica ou dúvida. A máxima do pensador pode ser associada à agressividade presente nos estádios, tendo em vista que tal comportamento é alimentado por uma cultura de rivalidade extrema, em que a identificação com a equipe se torna uma questão de honra, levando alguns torcedores a acreditarem que devem defender a imagem de seu time sem medir esforços. Por conseguinte, essa mentalidade pode resultar em confrontos físicos entre torcidas, bem como em situações de hostilidade para com torcedores adversários, criando um ambiente perigoso, sendo necessário reverter esse cenário.

Logo, medidas são necessárias para alterar esse mal. Para combater o racismo e o fanatismo nas arenas futebolísticas, cabe às autoridades esportivas implementarem campanhas educativas nas mídias e clubes, por meio de propagandas, com o objetivo de estimular o respeito entre torcidas. Além disso, a aplicação de penalizações severas para atos racistas, como multas e interdição de estádios, deve ser acompanhada pela criação de programas de mediação, dirigidos por profissionais de psicologia, para conscientizar os culpados. Essas medidas buscam promover um ambiente seguro para que o futebol una as pessoas em vez de dividi-las.



## **Tema 4: O desafio da doação de sangue em questão no Brasil**

A Constituição Federal de 1988 assegura a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado. No entanto, essa dignidade é frequentemente ignorada, refletindo-se na negligência coletiva em relação à doação de sangue, um ato altruísta essencial para a vida. Assim, é crucial analisarmos o estigma associado à doação e a falta de doadores, a fim de reverter essa realidade alarmante.

Diante desse cenário, o estigma associado ao ato de doar sangue contribui para a retração no número de doadores, pois a desinformação gera insegurança nesse exercício. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 43% dos brasileiros afirmam não participar dessa contribuição porque acreditam, erroneamente, nas falsas consequências atreladas à exaustão pós-doação. Exemplos comuns, provenientes de notícias falsas, relatam que a doação pode enfraquecer o sistema imunológico ou causar anemia nos doadores, mitos que afastam potenciais doadores e perpetuam a escassez de sangue. Tal fato prejudica a saúde da comunidade, resultando em vidas dependentes de transfusões sanguíneas, que muitas vezes não ocorrem devido à falta de informação.

Ademais, essa grave inércia dos cidadãos provoca uma carência no banco de sangue, uma vez que a ausência do donativo prejudica as vidas dependentes dessa generosidade. Isso é evidenciado na série “Sob Pressão”, que retrata a realidade de hospitais públicos no Brasil, onde a falta de suprimentos sanguíneos impacta diretamente na recuperação dos pacientes. Essa narrativa dramatiza o que acontece no dia a dia da saúde pública, em que a escassez de doadores contribui para um cenário de crise, já confirmado pela OMS, tornando ainda mais evidente a necessidade de mobilização social.

Portanto, o governo, promotor do bem-estar geral, deve criar políticas públicas que objetivem informar a população sobre a importância da doação de sangue, por intermédio de campanhas de conscientização que desmistifiquem as crenças equivocadas sobre o processo de doação a fim de combater a desinformação. Além disso, é fundamental implementar programas nas escolas para incentivar a doação entre os jovens, visando à formação de uma cultura solidária que valorize a vida e promova o cumprimento dos direitos previstos na Carta Magna.



## **Tema 5: O combate ao estigma de brasileiros com TDAH**

De acordo a Constituição Federal de 1988, o acesso à informação é um direito de toda a população brasileira. Todavia, a lei não é assegurada no país, tendo em vista que muitas pessoas desconhecem o TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) como um problema que afeta o desempenho mental de muitos indivíduos. Devido a isso, a falta de informação e a influência midiática são fatores que dificultam o combate ao estigma dessa situação médica. Logo, medidas são necessárias para reverter esse cenário.

Sob essa perspectiva, o desconhecimento em relação a esse transtorno favorece o preconceito. Isso acontece, porque não há difusão de informações, a nível de alcance nacional, que retrate essa temática, tendo em vista que os programas priorizam o entretenimento, com a exposição de quadros de humor e quizzes, o que impossibilita uma discussão necessária sobre esse problema de saúde pública. Por conseguinte, muitos indivíduos que têm TDAH desconhecem a própria condição, caso nunca tenham aprendido sobre a pauta ou ido ao médico, já que um dos sintomas é a desatenção para estudar, e isso pode ser entendido erroneamente como um sinal de uma pessoa pouco dotada de inteligência, gerando uma visão estigmatizada sobre o caso. Assim, o conhecimento é fundamental para desconstruir essa perigosa perspectiva.

Ademais, a mídia é responsável por essa estigmatização. O programa “Big Brother Brasil 22” mostrou o participante Pedro Scooby, que possuía TDAH e, por causa de sua condição crônica, aparentava dificuldades para reter a atenção em conversas. Embora a discussão sobre esse transtorno não tenha sido abordada diretamente pela televisão de maneira informativa, os editores aproveitaram-se do comportamento do participante para sugerir, por meio de músicas de reggae, que ele poderia ser usuário da erva Cannabis (conhecida popularmente como maconha). Dessa forma, observa-se que a imprensa utilizou uma linguagem persuasiva para distorcer o diagnóstico de quem possui TDAH, gerando uma visão preconceituosa sobre o assunto e influenciando o público a pensar da mesma maneira. Logo, a alteração dessa conduta é primordial para combater qualquer tipo de estereótipo contra essa minoria.

Portanto, observa-se a necessidade de reverter tamanho desafio. Para isso, é necessário que o governo invista em campanhas, em parceria com o Ministério da Saúde, sobre o diagnóstico do TDAH, por meio de publicidades, na TV e na internet, a fim de combater a desinformação. Além disso, cabe aos meios de comunicação criarem ficções engajadas com personagens que tenham esse transtorno, a fim de a pauta atingir notoriedade nacional. Dessa forma, os preceitos da Constituição Federal serão finalmente respeitados, e o acesso ao conhecimento será uma realidade da população brasileira.



## **Tema 6: A persistência da cultura de queimadas na sociedade brasileira**

A Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, buscava estabelecer o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico atrelado à redução da degradação ambiental. No entanto, tal propósito não perdurou ao longo dos anos e essa preocupação não se faz presente no atual cenário brasileiro, uma vez que a continuidade das queimadas se tornou um desafio para a nação. Logo, nota-se um grave problema, em razão da destruição histórica e do descaso governamental.

Sob esse viés, a destruição das florestas brasileiras é um problema com raízes históricas. Desde o Período Colonial, o uso do fogo foi amplamente adotado como método para desmatamento e preparo de terras para a agricultura. Essa prática, que inicialmente se justificava pelo crescimento das atividades econômicas, transformou-se em um padrão nocivo que perdura até os dias atuais. Atualmente, a cultura de queimadas é exacerbada por interesses econômicos que priorizam o lucro imediato em detrimento da preservação ambiental. Dessa maneira, a continuidade de práticas destrutivas ilustra como a história moldou uma mentalidade do indivíduo, que ainda justifica a devastação das florestas em nome do “progresso”, resultando em um cenário alarmante de perda de biodiversidade e degradação ambiental.

Além disso, o descaso governamental possui íntima relação com o revés. Nessa ótica, de acordo com o filósofo John Locke, a falta de preservação configura-se como um rompimento do Contrato Social, já que o Estado não cumpre com sua função de garantir que todos desfrutem de seus direitos, como o de viver em um meio ecologicamente equilibrado. Assim, devido à débil ação do Poder Público, os impasses para acabar com as queimadas têm se tornado uma pauta invisibilizada, já que a natureza tem sido constantemente afetada por esse mal, perdendo sua biodiversidade. Dessa forma, é inadmissível que esse cenário continue a perdurar.

Portanto, é vital que o Estado tome medidas efetivas para combater esse quadro alarmante. É imprescindível que o Poder Legislativo implemente leis rigorosas que visem proteger as florestas brasileiras, com a participação de especialistas ambientais. O cumprimento dessas leis pode ser fiscalizado, por meio de deputados, a fim de evitar a morosidade Estatal e garantir a existência de políticas ambientais. Com isso, espera-se promover a valorização das florestas, contribuindo para a reversão da trajetória de destruição e honrando os compromissos estabelecidos na Conferência de Estocolmo.





## **Tema 7: Efeitos do uso excessivo de celular entre jovens no Brasil**

Na série estadunidense “Black Mirror”, são mostradas diversas situações em que a tecnologia pode se tornar uma vilã, tendo em vista que as redes sociais têm a capacidade de disseminar informações, verdadeiras ou não, em larga escala e de forma instantânea. Nesse sentido, apesar de ficcional, o uso excessivo do celular pode ser considerado um desses antagonistas, causando desde problemas físicos até distúrbios psicológicos, como a nomofobia – o medo irracional de ficar sem o dispositivo móvel. Logo, é fundamental analisar as causas, os efeitos e as possíveis soluções para esse problema no Brasil.

Diante desse contexto, é válido ressaltar que a pandemia de Covid-19 foi um dos fatores agravantes. Nesse viés, o relatório “State of Mobile 2022” revela que o uso de celulares no Brasil aumentou para cinco horas diárias; em outras palavras, em um mês, uma semana é resumida ao tempo gasto no telefone. Com isso, o usuário ficou mais suscetível à dependência tecnológica e é inadmissível que essa ferramenta se torne um desafio persistente diante da falta de controle.

Ademais, o uso excessivo de celulares agrava problemas psicológicos. Conforme informações fornecidas pela Organização Mundial da Saúde, quanto mais tempo o usuário ficar entretido com as telas, menor o seu interesse e cultivar contato físico com colegas e parentes. Nessa lógica, a facilidade de serviços proporcionados pela tecnologia é um agravante que impulsiona o isolamento social. Esse comportamento relaciona-se à a nomofobia, um efeito gerado pela dependência do aparelho, que pode ocasionar também a ansiedade nos seres. Assim, é indubitável a necessidade de transformar a realidade do Brasil.

Depreende-se, portanto, que a alteração desse cenário. Assim, o governo, responsável proteção do corpo civil, deve, por meio de campanhas, elaborar projetos de educação tecnológica, a fim de evitar que mais usuários fiquem dependentes do celular. Também, é preciso fornecer atendimento clínico aos casos mais graves. Dessa forma, a fim de mudar esse quadro, espera-se que as providências sejam efetivas e que possamos conquistar um futuro mais saudável, distante do apresentado na ficção “Black Mirror”.



## **Tema 8: A importância do turismo para manutenção econômica na sociedade brasileira**

Cristo Redentor, Lençóis Maranhenses e Museu de Arte de São Paulo são apenas alguns dos principais pontos turísticos brasileiros, que geram bilhões de reais anualmente, conforme dados do portal “UOL”. Apesar desse impacto econômico positivo, esse número, segundo a mesma fonte, está diminuindo. Nesse sentido, é fundamental analisar as causas dessa diminuição e os possíveis meios para contorná-las, uma vez que a atividade turística não apenas contribui para o PIB do país, mas também promove a preservação cultural e o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, é importante destacar a relevância cultural e histórica de diversos monumentos e locais do Brasil como os principais impulsionadores do turismo. O país possui uma diversidade étnica e cultural rica, que se reflete em suas tradições, festividades e gastronomia. No entanto, apesar de esses lugares se destacarem globalmente, muitos são desvalorizados no território nacional. Segundo dados do G1, brasileiros preferem ir ao exterior a visitar a cultura natal. Isso demonstra que, cada vez mais, as pessoas tendem a valorizar a arte e os costumes de outros povos, o que é inadmissível, considerando a riqueza étnica presente no país. Desse modo, a falta de valorização da cultura local pode levar à sua deterioração e até mesmo ao desaparecimento de práticas e saberes ancestrais, uma perda irreparável para a identidade nacional.

Outrossim, a pandemia da Covid-19 foi um fator agravante dessa situação. O Ministério do Turismo divulgou a expectativa de movimentação de 200 milhões de reais no São João de Caruaru em 2022, um evento de grande importância cultural e econômica. Contudo, durante o ano pandêmico, o Diário de Pernambuco reportou uma perda milionária no estado pernambucano, que se reflete na redução de empregos e na dificuldade de manutenção de negócios locais que dependem do fluxo de turistas. Nota-se, então, que o turismo é vital não apenas para a economia, mas também para a geração de empregos e a promoção do comércio local, fatores essenciais para a sustentabilidade das comunidades que vivem da atividade turística.

Diante da importância do turismo, é inaceitável que não haja medidas efetivas para promovê-lo. Portanto, as escolas, como influentes ferramentas de formação de caráter, devem realizar palestras e atividades que mostrem aos estudantes a importância de valorizar suas culturas e de conhecer a história do Brasil, mediante a trabalhos didáticos, a fim de estimular o interesse por visitas interestaduais. Além disso, as empresas de viagens devem oferecer pacotes e promoções atrativas que incentivem o turismo interno, visando destacar as belezas naturais e a diversidade cultural do Brasil. Parcerias entre o setor público e privado podem facilitar a criação de eventos e festivais que celebrem a cultura local e atraiam visitantes. Espera-se, assim, que o turismo no Brasil seja revitalizado, contribuindo não apenas para o crescimento econômico, mas também para a preservação da identidade cultural e a promoção do desenvolvimento sustentável nas diversas regiões do país.



## **Tema 9: Energia renovável na sociedade brasileira**

O Acordo de Paris, firmado em 2015, estabeleceu metas globais para a redução das emissões de gases de efeito estufa, visando reduzir o aquecimento global até o fim do século. No entanto, apesar dos compromissos assumidos, o Brasil ainda enfrenta grandes desafios para avançar no uso de energias renováveis. Entre esses desafios, destaca-se a falta de educação ambiental e os impactos gerados pela persistência no uso de combustíveis fósseis.

Em primeiro plano, a ausência de educação ambiental nas escolas é um fator crucial que impede a população de compreender a importância das energias renováveis, especialmente a energia solar. Quando o conhecimento sobre os benefícios dessa fonte limpa, como a redução de gases poluentes e a promoção de um desenvolvimento sustentável, não é transmitido com ênfase, a sociedade não se conscientiza sobre a necessidade de uma transição energética. Essa falta de conscientização leva à manutenção de hábitos que favorecem a dependência de combustíveis fósseis, dificultando a implementação de práticas sustentáveis e inibindo o avanço para um futuro mais verde.

Além disso, os impactos negativos da queima de combustíveis fósseis são alarmantes e amplamente documentados. A dependência de fontes poluentes, como o petróleo, gera emissões de gases de efeito estufa que agravam o aquecimento global e desencadeiam uma série de crises climáticas. Essas consequências não afetam apenas o meio ambiente, mas também a saúde pública, uma vez que a poluição do ar afeta a respiração dos indivíduos. Diante dessa conjuntura, enquanto persistir a exploração de fontes energéticas prejudiciais, as metas ambientais, como aquelas estabelecidas no Acordo de Paris, permanecerão distantes.

Portanto, cabe reverter esse cenário por meio da educação e de investimentos em fontes energéticas sustentáveis. Para isso, cabe às escolas implementarem aulas de educação ambiental, mediante a novas disciplinas no currículo, a fim de formar uma geração consciente e preparada para os desafios do futuro, favorecendo a consciência crítica dos jovens. Paralelamente, o governo precisa adotar políticas que incentivem a transição para energias limpas, garantindo o cumprimento das metas ambientais e o bem-estar das futuras gerações. Só assim, será possível alinhar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.



## **Tema 10: Dificuldades para combater o analfabetismo no Brasil**

Na obra “Utopia”, de Thomas More, é retratada uma sociedade perfeita e harmoniosa, livre de conflitos e desigualdades. Todavia, fora da ficção, a realidade contemporânea está distante desse ideal, especialmente ao se considerar os desafios do analfabetismo no Brasil. Entre as causas desse problema estão a entrada precoce no mercado de trabalho e a negligência Estatal, sendo urgente resolver a questão.

Sob esse viés, a ausência de políticas eficazes voltadas para a educação no Brasil está diretamente relacionada à entrada precoce de jovens no mercado de trabalho, fator que prejudica gravemente o processo de alfabetização. Crianças e adolescentes que deveriam estar frequentando as escolas acabam sendo inseridos em atividades laborais para complementar a renda familiar. Infelizmente, esse cenário compromete não apenas o aprendizado, mas também a formação integral dos jovens. Sabe-se que a ausência de educação formal desde cedo limita suas oportunidades futuras, perpetuando o ciclo da pobreza e da marginalização social. Assim, esse fator prejudica o combate ao analfabetismo no Brasil, evidenciando a necessidade de uma ação Estatal mais incisiva.

Além disso, a negligência Estatal é um fator crucial na perpetuação do analfabetismo no Brasil. Segundo dados do “Jornal da USP”, o país possui atualmente cerca de 10 milhões de analfabetos, o que revela uma falha latente nas políticas educacionais. Embora o Ministério da Educação tenha proposto reduzir esse número em 50% até 2027, especialmente entre pessoas de 15 a 39 anos, a meta parece distante de ser alcançada devido à falta de efetividade nas ações governamentais. A iminência da proposta, somada à falta de investimentos em programas de educação de jovens e adultos (EJA), torna improvável o cumprimento dessa promessa, evidenciando a necessidade urgente de um maior comprometimento do Estado para reverter essa situação.

Logo, é preciso solucionar a questão. O Ministério da Educação, responsável pelo bem-estar social, deve promover projetos para erradicar o trabalho infantil, por meio de fiscalização mais rigorosa e ampliação de programas de assistência social, a fim de garantir que crianças e adolescentes permaneçam na escola. Além disso, o governo federal deve ampliar o acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA), investindo em infraestrutura e bolsas de estudo para reduzir o número de analfabetos e atingir a meta de alfabetização até 2027. Dessa forma, será possível interromper o ciclo de exclusão social e assegurar maior desenvolvimento educacional no Brasil.



## **Tema 11: Alternativas para combater a banalização do alcoolismo entre jovens no Brasil**

A canção “Beber, Cair e Levantar”, da banda Saia Rodada, tem como temática o estímulo ao consumo excessivo de álcool e foi uma das músicas mais tocadas nas paradas de sucesso das rádios brasileiras, especialmente no Carnaval, entre os anos de 2008 e 2010. Tal pensamento, expresso na música, é reproduzido por diversos jovens na contemporaneidade, tendo em vista que eles passaram a consumir bebidas alcoólicas de forma abusiva devido à necessidade de sentirem-se pertencentes a um grupo social e a influências midiáticas. Nesse sentido, alternativas são imprescindíveis para transformar essa realidade.

Sob esse viés, o consumo precoce de álcool entre jovens é fruto da tentativa de se sentirem aceitos socialmente. No filme “Meninas Malvadas”, a protagonista Cady é uma adolescente que começa a beber drinks em uma festa para se enturmar, pois era considerada retraída por suas amigas. Tal cenário é verossímil à realidade, porque, segundo o Portal “G1”, o principal motivo para menores de 18 anos beberem é a busca por aceitação de amigos. Como a juventude é um período em que os mais novos estão construindo a sua identidade, muitos têm medo de sentirem-se sozinhos ou de não serem compreendidos pelas pessoas que estão ao seu redor, por isso, reproduzem atitudes que são comuns a seu grupo. Consequentemente, a ingestão abusiva de destilados e cervejas é naturalizada e pode gerar a dependência química dessas substâncias, logo, é preciso que debates sobre os perigos do excesso de tais bebidas sejam realizados nas escolas, haja vista a banalização desse problema no cotidiano.

Além disso, a mídia estimula o consumo de bebidas. Nos meios de comunicação, a glamorização do álcool, ou seja, o enaltecimento àqueles que ingerem a bebida, é uma verdade naturalizada e lucrativa. Não à toa, os gêneros musicais, como o sertanejo universitário, tematizam o uso abusivo de cervejas. Na canção intitulada “10%”, das cantoras Maiara e Maraísa, o eu lírico admite que é alcoólatra e que “bebe dobrado” quando escuta músicas que retratam um sofrimento amoroso. De maneira análoga à canção, os jovens identificam-se com a letra e consomem cerveja para fugir dos problemas, já que o álcool pode causar o breve efeito do esquecimento. Isso faz com que muitos adolescentes não vejam o alcoolismo como uma doença, pois rádios e TVs divulgam essas produções artísticas com frequência. Sendo assim, a mídia deve utilizar o seu poder de persuasão para alertar sobre os perigos desse mal, que pode gerar doenças, como a cirrose e a gastrite.

Faz-se urgente, portanto, que medidas transformem esse contexto preocupante. A fim de conscientizar o público jovem, as escolas devem realizar projetos pedagógicos com agentes da saúde, por meio de palestras, que alertem sobre os perigos do uso excessivo de álcool. Ademais, a mídia, canal de grande alcance nacional, deve elaborar ficções engajadas que abordem a problemática do alcoolismo, por intermédio de novelas e de séries, com o intuito de combater a banalização de bebidas alcoólicas. Essas intervenções têm o propósito de reduzir a falta de informação e, assim, as canções de Maiara e Maraísa não serão mais um reflexo dos problemas atuais.



## **Tema 12: Alternativas para a promoção do saneamento básico no Brasil**

Segundo a filósofa Hannah Arendt, “Quando uma atitude hostil ocorre constantemente, os indivíduos passam a vê-la como banal”. Nesse viés, é certo que tal banalidade está presente no contexto brasileiro, visto que o ritmo de vida acelerado e a negligência Estatal são fatores preocupantes, que permitem que os desafios relacionados ao saneamento básico sejam tratados com irrelevância. Logo, faz-se imprescindível remediar esse imbróglio em prol de uma plena harmonia social.

Nessa conjuntura, conforme descrito pela jornalista Eliane Brum, no texto “Exaustos, correndo e dopados”, a sociedade encontra-se em um momento no qual precisa produzir o tempo todo: “24 horas por dia; 7 dias por semana”. Nesse sentido, verifica-se que, devido ao ritmo acelerado da vida moderna, grande parte da população não dedica tempo suficiente para exigir dos governantes soluções para os problemas do saneamento básico. Tal omissão perpetua a precariedade das condições, especialmente em áreas periféricas, onde muitas famílias continuam a viver em situações degradantes, como esgoto a céu aberto, o que prejudica diretamente o desenvolvimento social e a dignidade humana. Por isso, é necessário garantir a dignidade da população mais carente com a oferta de políticas públicas inclusivas.

Ademais, o descaso governamental representa um grave obstáculo. De acordo com o jornalista Gilberto Dimenstein, em seu livro “Cidadão de Papel”, o Brasil é marcado pela não aplicação prática de direitos previstos na Constituição de 1988. Diante dessa perspectiva, a falta de políticas públicas eficientes para a universalização do saneamento básico ilustra essa realidade, já que os recursos destinados a essa área são insuficientes. Dessa forma, o Artigo 21 da Constituição, que assegura o direito ao acesso à água potável e ao tratamento de esgoto, é desrespeitado, afetando não só a saúde pública, mas também o meio ambiente, com a contaminação de águas e solos. Logo, é fulcral alterar esse triste cenário por meio de ações Estatais.

Portanto, medidas urgentes são necessárias para democratizar o acesso ao saneamento básico no Brasil. O governo federal deve, por meio de políticas públicas, desenvolver campanhas informativas em plataformas de streaming, como YouTube e Netflix, a fim de conscientizar a população sobre a importância de lutar por esse direito essencial. Além disso, é necessário que o poder público aumente os investimentos em projetos que visem à universalização do saneamento, para garantir o cumprimento dos direitos previstos na Constituição Federal e melhor qualidade de vida a todos.



### **Tema 13: Desafios no combate à obesidade na sociedade brasileira contemporânea**

Na série televisiva norte-americana “Quilos Mortais”, retrata-se o drama de pessoas que enfrentam o desafio extremo da obesidade, expondo os riscos à saúde, como problemas cardiovasculares, e as dificuldades de superação. No Brasil, embora em uma escala diferente, essa realidade também está presente. A combinação de um ambiente obesogênico, que incentiva o consumo de alimentos ultraprocessados, com a ineficácia Estatal no combate a esse problema são os principais desafios no enfrentamento à obesidade no país.

Primeiramente, o ambiente obesogênico em que grande parte da sociedade brasileira está inserida tem sido um fator decisivo para o aumento da obesidade infantil. Esse ambiente, caracterizado pela ampla disponibilidade de alimentos ultraprocessados e calóricos, aliado à falta de estímulo à prática de atividades físicas, cria um cenário propício para o ganho excessivo de peso. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a obesidade infantil tem crescido significativamente, tornando as crianças brasileiras mais suscetíveis a doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, já em idades precoces. Essa realidade reflete a ausência de políticas públicas eficazes que promovam uma educação alimentar adequada e o incentivo a estilos de vida mais saudáveis, principalmente nas escolas.

Além disso, a ineficácia Estatal também contribui para agravar o problema da obesidade na sociedade brasileira. Infelizmente, os investimentos em campanhas de conscientização e em políticas de alimentação saudável são insuficientes para reverter o quadro atual. Embora o Programa governamental “Saúde na Escola” tenha sido implementado para promover hábitos saudáveis entre os jovens, ele não tem sido capaz de alcançar resultados satisfatórios devido à falta de abrangência e continuidade. Diante disso, a inexistência de um planejamento estratégico eficaz por parte de políticos impede a redução da obesidade, que já afeta cerca de 22% da população adulta no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS). Dessa maneira, enquanto o Estado não tratar a obesidade como uma prioridade de saúde pública, o problema persistirá.

Logo, é preciso solucionar a questão. Para isso, o Ministério da Educação deve implementar, em parceria com o Ministério da Saúde, programas que promovam a educação alimentar nas escolas, por meio de palestras e atividades práticas com nutricionistas, a fim de conscientizar os jovens sobre a importância de uma alimentação equilibrada e da prática de exercícios físicos, prevenindo a obesidade infantil. Além disso, o governo federal deve aumentar os investimentos em campanhas publicitárias de conscientização sobre a obesidade, utilizando meios de comunicação de massa como a televisão e as redes sociais, com o intuito de alcançar toda a população, especialmente as famílias de baixa renda, e estimular a adoção de hábitos saudáveis. Dessa maneira, será possível atenuar a obesidade no país, e histórias como relatadas em “Quilos Mortais” não mais se repetirão.



## **Tema 14: A dizimação de povos indígenas em território brasileiro**

A dizimação de povos indígenas é um problema de raiz histórica. Desde o século XVI, a exploração de terras indígenas pelos colonizadores resultou na morte de milhares de membros da população nativa. Contudo, os impactos do genocídio indígena são, infelizmente, minimizados até os dias de hoje. Nesse viés, os povos indígenas continuam tendo seus territórios invadidos por garimpeiros e sofrem constantemente com a violência e a negligência por parte da sociedade.

Sob essa perspectiva, cabe destacar a gravidade de práticas como o garimpo ilegal em comunidades indígenas. O termo “Ouro de sangue” é frequentemente utilizado para descrever a riqueza extraída de forma ilícita dessas áreas, revelando o custo humano dessas ações. Tal fato relaciona-se à mineração ilegal na Amazônia, que não só destrói o meio ambiente, mas também afeta profundamente a vida das comunidades indígenas, causando fome e a contaminação de rios por mercúrio. Esses crimes permanecem impunes devido à falta de fiscalização efetiva e à flexibilização das penalidades por parte das autoridades competentes. Nesse sentido, observa-se a ineficácia de políticas públicas que garantam a proteção aos povos originários, sendo imprescindível reverter essa situação.

Ademais, a negligência governamental desempenha um papel significativo nesse contexto de violação dos direitos dos povos indígenas. A FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), órgão responsável pela proteção dessas comunidades, sofre com escassos investimentos e ações limitadas, prejudicando diretamente a efetividade de suas políticas assistencialistas. Tal fato evidencia a ineficácia governamental em cuidar dessa pauta, que carece de atenção. Consequentemente, questões essenciais como a igualdade racial, a legitimidade dos direitos indígenas e a participação política desses indivíduos permanecem em segundo plano, aprofundando ainda mais a marginalização das populações nativas.

Portanto, é necessária a mudança desse quadro. Para garantir a segurança das vidas indígenas, é imperativo que o Governo Federal, por meio de órgãos como a FUNAI e o IBAMA, intensifique a fiscalização nas áreas de preservação indígena, empregando drones, tecnologia de monitoramento remoto e maior efetivo de fiscais ambientais, para coibir práticas ilegais como o garimpo e a exploração de terras. Além disso, é preciso que se ratifiquem leis que proíbam a exploração industrial em territórios nativos e promovam a valorização das culturas indígenas. Essas medidas têm a finalidade de garantir os direitos dos povos originários e preservar seu patrimônio ambiental.





## **Tema 15: O uso do plástico na sociedade brasileira contemporânea**

O uso excessivo de plástico na sociedade brasileira gera uma série de problemas ambientais, como a degradação do meio ambiente, a ameaça à vida marinha e a poluição visual. Entre as causas desse fenômeno, destacam-se o consumismo exacerbado e a insensibilidade social, fatores que perpetuam o mau uso do plástico no Brasil. Nesse sentido, é essencial analisar os principais aspectos que contribuem para a continuidade dessa problemática.

Diante desse cenário, é importante ressaltar que a postura consumista do brasileiro impede a redução significativa do consumo de plástico. De acordo com o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, “O problema não é consumir; o problema é o desejo incontrolável de continuar consumindo.” A reflexão do intelectual revela que o consumismo desmedido persiste na sociedade brasileira, o que, como consequência, aumenta o volume de resíduos plásticos gerados e descartados de forma inadequada. Essa realidade vai contra os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que incluem o “consumo e produção responsáveis”. Com efeito, o acúmulo de plástico em ambientes naturais provoca a poluição de rios e mares, prejudicando diretamente a biodiversidade marinha e contribuindo para o desequilíbrio ambiental. Essa contradição entre as diretrizes globais e a realidade brasileira torna inadmissível que o país, enquanto membro da ONU, não aplique efetivamente essas metas em suas políticas públicas.

Além disso, a indiferença social quanto à geração de resíduos plásticos impede avanços significativos em direção ao consumo sustentável. Mesmo com a criação de diretrizes como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida após a Conferência da Terra, sediada no Brasil, os cidadãos continuam a desrespeitar as responsabilidades ambientais ao não se importarem com o descarte inadequado e o subaproveitamento do plástico. Essa negligência, por consequência, resulta no aumento de lixões, que são fontes de poluição visual e contaminação do solo. Junto a isso, a falta de comprometimento da população com a reciclagem agrava a situação, pois muitos produtos plásticos que poderiam ser reutilizados acabam se acumulando no meio ambiente, ampliando os danos causados ao planeta. Logo, promover a conscientização da população é urgente para combater esses impactos à natureza.

Portanto, torna-se urgente que o Ministério do Meio Ambiente promova a projetos de conscientização sobre o consumo responsável de plástico, por meio da implementação de programas educativos nas escolas. Esses programas devem incluir aulas práticas de reciclagem, oficinas sobre reutilização de materiais e campanhas de conscientização nas redes sociais, com o objetivo de estimular hábitos sustentáveis e fortalecer a cultura da reciclagem entre os jovens. Espera-se, com essas medidas, que a sociedade brasileira adote práticas mais responsáveis no uso do plástico, e os objetivos estabelecidos pela ONU finalmente sejam cumpridos.



## **Tema 16: A falta de acesso à água potável na sociedade brasileira**

Na obra “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é retratado o sofrimento de uma família que, diante da seca, luta para sobreviver sem acesso à água potável. Esse cenário de desamparo literário reflete a realidade de muitos brasileiros que enfrentam dificuldades diárias por não terem acesso a esse recurso essencial. Portanto, é necessário analisar a postura do Estado e da sociedade a fim de combater essa problemática.

Nesse contexto, a ineficiência do Estado perpetua essa mazela. Conforme o pensamento de John Locke, o governo deve garantir os direitos naturais, como a saúde e o bem-estar. No entanto, a ausência de políticas públicas eficientes para ampliar o acesso a esse recurso essencial agrava a proliferação de doenças relacionadas à água contaminada, como diarreias e febre tifoide, que afetam principalmente as populações mais vulneráveis. Essa falha na gestão pública revela a incapacidade governamental em promover o bem comum, resultando em um ciclo de desigualdade social e problemas sanitários que poderiam ser evitados.

Ademais, a inércia da sociedade diante da falta de acesso à água potável também contribui para a naturalização desse problema. Segundo o pensamento do filósofo Rousseau, o ser humano é responsável pelos rumos da sociedade. Contudo, muitos brasileiros não validam essa perspectiva, uma vez que parte da população se mostra apática à ausência de políticas públicas adequadas para garantir o acesso à água. Essa passividade contribui para a perpetuação do problema, pois a pressão social, que poderia exigir soluções concretas ao público mais carente, não se faz presente de forma efetiva.

Portanto, para combater a falta de acesso à água potável no Brasil, cabe ao Estado, responsável pelo bem-estar social, implementar projetos estruturais e sustentáveis, por meio da criação de sistemas de abastecimento nas áreas mais afetadas, a fim de que cada cidadão tenha acesso a esse recurso básico. Outrossim, é necessário que a sociedade, por meio de campanhas de conscientização e manifestações populares, exija que o governo cumpra seu papel constitucional. Espera-se, com isso, que o direito à água potável seja universalizado no país e que todos possam desfrutar de uma vida digna, diferentemente do exposto na obra de Graciliano Ramos.



## **Tema 17: Hábitos alimentares da sociedade brasileira**

O documentário “O veneno está na mesa”, de Silvio Tendler, expõe os efeitos prejudiciais dos agrotóxicos e a produção de alimentos no Brasil, trazendo à tona a reflexão sobre a qualidade dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro. Analogamente ao mundo contemporâneo, a sociedade está propensa a consumir comidas processadas. Nesse sentido, é fundamental analisar os principais propulsores dessa realidade: a falta de tempo e o apelo midiático aos hábitos alimentares negativos.

Diante desse cenário, é urgente entender os agravantes dessa problemática. Segundo o IBGE, as famílias brasileiras gastam em torno de 32% do seu orçamento mensal comendo na rua, o que resulta da escassez de tempo para preparar refeições em casa. Sob esse viés, o indivíduo ingere produtos carentes de nutrientes necessários para o corpo, como refrigerantes e biscoitos, enfraquecendo seu organismo. Como consequência, essa alimentação inadequada e frequente pode levar ao desenvolvimento de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, afetando a qualidade de vida e a saúde da população.

Outrossim, o favorecimento das mídias aos alimentos processados é um estigma prevalente. As propagandas de “fast food”, com suas mensagens superficiais e repetitivas, impregnaram a sociedade de um “fordismo social”, em que o ser humano se encontra totalmente alienado ao que consome diariamente. Nesse sentido, os indivíduos são atraídos a consumirem hambúrgueres e lanches rápidos, pois, muitas vezes, são mais baratos que um prato de comida em um restaurante. Consequentemente, a população se torna refém das manipulações de empresas alimentícias que priorizam o lucro em detrimento da saúde pública. Logo, é urgente reverter esse cenário para despertar a criticidade de consumo da população.

É evidente, portanto, a necessidade de combater os maus hábitos alimentares no Brasil. Cabe ao Ministério da Saúde — zelador do bem-estar populacional — promover, por meio das redes sociais, campanhas publicitárias que recomendem rotinas alimentares práticas e saudáveis, a fim de criar um público crítico em relação ao consumo alimentício, informando sobre o impacto negativo da ingestão excessiva de produtos processados. Assim, a sociedade poderá compreender a profundidade do assunto e, como resultado, adotar hábitos mais saudáveis.



## **Tema 18: Caminhos para combater o aumento da população em situação de rua no Brasil**

A população em situação de rua no Brasil é composta por indivíduos que enfrentam a dura realidade de passar as noites em espaços públicos, como ruas, praças e debaixo de viadutos. De acordo com o relatório da Rede de Atendimento às Pessoas em Situação de Rua, cerca de 220 mil pessoas vivem nessa condição no país. Nesse sentido, destacam-se a pobreza menstrual e a falta de políticas governamentais como problemas do cenário vigente. Para criar caminhos eficazes para combater esse problema crescente, é fundamental compreender suas causas.

Diante desse cenário, a pobreza menstrual é um dos fatores que agravam a situação das mulheres em situação de rua. De acordo com a ONG Menstruação Sem Tabu, aproximadamente 4 milhões de brasileiras não têm acesso a produtos de higiene menstrual, e essa situação é ainda mais preocupante para aquelas que dormem na rua, tendo em vista a ausência de banheiros e água encanada para a manutenção da higiene íntima. Com efeito, essas mulheres sofrem com a marginalização social e a carência de recursos que favoreçam seu bem-estar, como lavatórios e absorventes. Essa realidade ressalta a importância de políticas públicas que garantam a dignidade desse grupo, sendo urgente a criação de medidas que alterem essa circunstância social.

Vale ressaltar que a falta de políticas habitacionais efetivas é que contribui para a formação da população em situação de rua. De acordo com o relatório do Fórum Nacional de Reforma Urbana, cerca de 7 milhões de brasileiros enfrentam a realidade de viver em condições precárias ou sem moradia fixa. Essa ausência de políticas públicas que garantam moradia digna faz com que muitas famílias sejam forçadas a deixar suas casas, muitas vezes por não conseguirem arcar com os altos custos de aluguel e serviços básicos. Assim, sem um lar estável, os indivíduos acabam sendo obrigados a buscar “abrigo” nas ruas, tornando-se parte da população desamparada. Portanto, a intervenção governamental é a solução para transformar essa triste realidade.

Assim, é imperativo que o Governo Federal, em colaboração com o Ministério da Saúde, promova campanhas educativas que garantam o acesso a produtos de higiene menstrual e a serviços de assistência social para a população vulnerável. Além disso, o Ministério da Infraestrutura deve estabelecer parcerias com empresas de transporte para oferecer tarifas reduzidas aos trabalhadores, visando facilitar o deslocamento e minimizar os gastos. Dessa forma, espera-se que o número de pessoas em situação de rua no Brasil diminua significativamente.



## **Tema 19: Caminhos para combater a persistência de estelionatos no Brasil**

O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 171, define estelionato como a prática de obter vantagem ilícita, para si ou para outrem, em detrimento de outrem, mediante fraude. Apesar de ser uma infração penal com penalidades previstas, a persistência de estelionatos no Brasil evidencia a necessidade urgente de ações efetivas para mitigar essa problemática. Nesse contexto, é necessário analisar os principais fatores que alimentam essa prática criminosa: a falta de educação financeira e a ineficiência na investigação e punição dos criminosos.

Diante desse cenário, a falta de educação financeira entre a população brasileira contribui significativamente para os estelionatos. Uma pesquisa realizada pelo SPC Brasil aponta que 77% dos brasileiros não sabem administrar suas finanças de forma eficaz. Essa falta de conhecimento, conseqüentemente, torna os cidadãos mais suscetíveis a golpes, uma vez que não conseguem identificar ofertas fraudulentas ou alertas de possíveis fraudes. Desse modo, é fundamental que o sistema educacional inclua a educação financeira em seus currículos, proporcionando aos alunos ferramentas para compreender e gerenciar suas finanças, além de reconhecer práticas desonestas.

Além disso, a ineficiência nas punições de estelionatos agrava a situação. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apenas 10% dos crimes de estelionato são esclarecidos e resultam em punição. Essa baixa taxa de resolução gera um sentimento de impunidade e encoraja os criminosos a continuarem suas atividades fraudulentas, pois não temem as conseqüências de seus atos. Um exemplo disso é o “golpe do bilhete premiado”, em que a vítima é enganada ao ser informada de que ganhou um prêmio, via mensagem de texto, mas precisa pagar uma taxa para recebê-lo. Como muitos indivíduos desconhecem a criminalidade por trás da mensagem, desinformados, acabam enviando dinheiro a criminosos na inocência de que irão receber uma bonificação. Portanto, é imprescindível que a população saiba identificar contextos duvidosos para que não fique refém de criminosos.

Portanto, para erradicar a persistência de estelionatos no Brasil, o Estado deve implementar uma educação financeira abrangente nas escolas, que prepare as futuras gerações para reconhecer e evitar fraudes. Além disso, cabe ao Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal, aumentar a eficiência das investigações de estelionatos, promovendo campanhas de conscientização e criando um canal direto para denúncias. Isso pode ser feito em parceria com a mídia e instituições financeiras, visando informar a população sobre os tipos de fraudes existentes e as medidas a serem tomadas para se proteger. Com essa atuação integrada, espera-se uma melhoria na resolução desses casos e uma redução nos índices apresentados pelo SPC Brasil.



## **Tema 20: A importância da leitura na formação do cidadão**

Na obra literária “A menina que roubava livros”, Liesel representa uma criança que vive no contexto da Alemanha nazista e, perante a supressão de sua liberdade, encontra nos livros uma forma de expressão e fuga da realidade. Analogamente à situação de Liesel, a leitura demonstra um papel crucial no panorama brasileiro, visto que, em meio a adversidades, reúne experiências coletivas e desenvolve o senso de pertencimento social. Entretanto, por conta de empecilhos estatais e culturais, o acesso à leitura no Brasil é subdesenvolvido e desigual, e, portanto, é imprescindível analisar as origens desse cenário.

Sob essa perspectiva, é válido ressaltar que o projeto de poder do Estado, pautado na desinformação, é fator chave para o ínfimo interesse literário desenvolvido desde a infância. A gênese dessa problemática remete a comportamentos medievais, como a Inquisição – que foi marcada pela queima de livros para manter o monopólio da Igreja sobre o conhecimento – e perpassa ao Brasil atual, com o aumento do preço de livros e o veto a determinados títulos, como no caso da censura ocorrida na Bienal do Livro em 2019. Com isso, a catracalização do acesso à literatura permite a culpabilização de crianças a respeito do desinteresse em leitura e omite os verdadeiros responsáveis por um sistema injusto de acesso à literatura que, em tese, deveria ser inclusivo.

Outrossim, o fator cultural relacionado ao hábito de leitura restringe as oportunidades de acesso a esse meio às elites. Em consonância ao neologismo de Conceição Evaristo, em comunidades e locais remotos, fazer parte da comunidade literária torna-se um ato de “escrevivência”, visto que, muitas das vezes, é necessário lutar diariamente pela sobrevivência, então, escrever é uma forma de resistência ao sistema que marginaliza a periferia. Sendo assim, devido à falta de infraestrutura básica nas favelas, como o acesso à alimentação, o exercício literário é subvalorizado frente a outras necessidades e concretiza a desigualdade de leitores ativos por classe social.

Portanto, as negligências governamentais, somadas à desigualdade socioespacial vigente no país, configuram um empecilho na formação de uma comunidade que valoriza a leitura. Sendo assim, é papel das Secretarias de Educação, que representam o Poder Executivo, instituir feiras culturais com livros didáticos e lúdicos a preços populares, por meio de verbas da União, com o fito de baratear e fortalecer o interesse literário entre os jovens. Ademais, é necessário que haja contribuição financeira estatal em criar bibliotecas públicas em periferias, que forneçam exemplares gratuitamente com a intenção de fomentar a leitura nas favelas. Com essas medidas, as fogueiras da Inquisição contemporânea deixarão de existir.



## **Tema 21: O protagonismo juvenil na transformação da sociedade brasileira**

Em 2018, a sueca Greta Thunberg destacou-se mundialmente por sua luta em prol do meio ambiente, sendo um exemplo inspirador da força do protagonismo juvenil. No entanto, esse protagonismo, que possui raízes históricas, enfrenta diversos desafios no Brasil, principalmente devido ao escasso apoio das instituições educacionais. Nesse sentido, é urgente que esse quadro seja revertido para que mudanças significativas possam ocorrer na sociedade brasileira.

Nesse contexto, o movimento estudantil de 1968 é um exemplo emblemático do poder da juventude na luta por direitos e liberdades democráticas. Naquele período, estudantes mobilizaram-se em massa contra a repressão da Ditadura Militar, reivindicando direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, e a participação ativa na construção da sociedade. A força desse movimento demonstrou que a juventude pode ser uma agente de transformação, mobilizando a sociedade em torno de causas relevantes. Desse modo, a participação ativa dos jovens é fundamental para a construção de um futuro mais justo e democrático.

Além disso, a estrutura tradicional das escolas muitas vezes inibe a autonomia dos alunos. Instituições, como os colégios militares, exemplificam essa realidade, onde os estudantes são submetidos a rígidas ordens, e a contestação é severamente punida. Consequentemente, tal ambiente limitante compromete a formação de líderes, criando indivíduos mais submissos e prejudicando o desenvolvimento do senso crítico e a capacidade de reivindicar melhorias sociais. Logo, é fundamental que esses espaços potencialize a força desse público, em vez de limitá-la.

Portanto, é fundamental que esse cenário seja transformado. O Ministério da Educação, responsável pelo desenvolvimento da juventude, deve promover ações que incentivem a liderança entre os jovens, por meio de atividades e debates, com o fito de estimular a autonomia e o pensamento crítico. Ademais, capacitações para diretores e professores são essenciais para que crianças e adolescentes tenham mais espaço para se expressar nas escolas. Dessa maneira, esses cidadãos protagonistas da transformação da sociedade, assim como Greta Thunberg.



## **Tema 22: Violência nas salas de aula brasileiras**

Na série “Merlí”, o professor titular enfrenta o desafio de lidar com alunos que muitas vezes desrespeitam sua autoridade, cometendo atos de indisciplina que culminam em conflitos verbais no ambiente escolar. De maneira similar, no Brasil, a violência nas salas de aula tornou-se uma questão alarmante, que reflete não apenas a falha no sistema educacional, mas também a falta de preparo para lidar com essas lamentáveis situações. Logo, medidas são necessárias para alterar o panorama vigente.

Sob essa perspectiva, a deficiência do sistema educacional brasileiro reforça a violência nas escolas. De acordo com a coordenadora de ciências humanas e sociais da Unesco no Brasil, Marlova Noletto, a violência nas escolas reproduz a violência na sociedade, não é um fenômeno intramuros isolado. Assim, a máxima da autora pode ser observada no ambiente escola, onde os professores são as principais vítimas dessa realidade. Segundo uma reportagem da “Globo News”, há educadores, especialmente aqueles que trabalham em bairros violentos que são desrespeitados verbalmente e já sofreram ameaças de agressão. Conseqüentemente, essa violência mina o processo de ensino-aprendizagem e compromete o desenvolvimento pleno dos alunos, além de desvalorizar os profissionais que atuam na área da educação.

Além disso, a ausência de políticas eficazes de segurança pública contribui para a perpetuação desse cenário de violência escolar. A filósofa Hannah Arendt afirma que a “banalização do mal” ocorre quando o indivíduo, inserido em um contexto de conformidade e falta de crítica, deixa de se questionar sobre o que é certo ou errado. Dessa forma, a violência dentro das escolas, quando naturalizada, contribui para a perpetuação de comportamentos agressivos. Por conseguinte, a ausência de medidas preventivas eficazes acentua esse ciclo de violência. Logo, é necessário implementar programas de segurança para diminuir a violência e promover um ambiente mais seguro para alunos e professores.

Portanto, para que o ambiente escolar seja um espaço de aprendizado seguro e saudável, é necessário que o Governo Estadual invista de maneira contundente em políticas públicas voltadas à segurança nas escolas. Isso pode ser feito por meio de leis de incentivo que garantam a presença de profissionais capacitados e a criação de programas de conscientização sobre a importância da convivência pacífica, com a participação ativa de pais, professores e membros da comunidade, a fim de conter esse cenário problemático. Espera-se, com essas medidas, que as escolas brasileiras se tornem ambientes seguros, onde os professores sejam respeitados e que desafios, como vistos na obra “Merlí”, fiquem apenas na ficção.





## **Tema 23: Combate ao aumento das IST entre jovens brasileiros**

A série “Sex Education” ilustra de maneira incisiva as dificuldades que os jovens enfrentam em relação à educação sexual, já que não têm com quem conversar sobre o assunto. Da mesma forma, no Brasil, a falta de comunicação familiar sobre temas relacionados à sexualidade, exacerbada pelo tabu que envolve o assunto, contribui para o aumento alarmante das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) entre os jovens. Nesse sentido, é essencial analisarmos os principais fatores que impulsionam esse cenário preocupante: a ausência de educação sexual adequada e a falta de diálogo familiar.

Em primeiro lugar, a carência de educação sexual nas escolas é fator que contribui para o aumento das IST. Sem informações precisas e acessíveis sobre sexualidade e saúde reprodutiva, os jovens ficam vulneráveis a práticas de risco. Por exemplo, a gonorreia e a clamídia são IST comuns entre adolescentes que não têm consciência dos métodos de prevenção, como o uso de preservativos. De acordo com dados do Ministério da Saúde, houve um crescimento acentuado nos casos de IST entre jovens de 15 a 24 anos, refletindo a necessidade urgente de uma abordagem educacional eficaz. Conseqüentemente, a falta de conhecimento não apenas acentua a transmissão de infecções, mas também potencializa o risco de gravidezes precoces, que podem comprometer o futuro e a saúde das jovens envolvidas.

Além disso, o tabu que permeia o diálogo sobre sexualidade nas famílias impede que os jovens busquem informações e esclarecimentos sobre suas dúvidas. Diante desse cenário, muitos adolescentes recorrem à internet em busca de respostas, mas acabam tendo dificuldades para encontrar respostas confiáveis. Segundo uma pesquisa do IBOPE, 58% dos jovens acreditam que a educação sexual deveria ser mais discutida em casa, mas apenas 34% afirmam que têm esse tipo de conversa com seus pais. Essa disparidade revela como a ausência de diálogo familiar não apenas perpetua o desconhecimento, mas também contribui para a normalização do silêncio sobre questões de saúde sexual, com impactos diretos na saúde dos jovens.

Logo, é evidente a necessidade de promover um combate efetivo ao aumento das IST entre jovens brasileiros. Para isso, o governo, órgão responsável pelo bem-estar social, deve implementar programas de educação sexual nas escolas, mediante a participação de terapeutas e ginecologistas, com o fito de oferecer informações abrangentes sobre saúde sexual e sobre métodos de prevenção. Outrossim, as campanhas de conscientização devem envolver não apenas os jovens, mas também os pais, para que possam estabelecer um diálogo aberto e seguro sobre sexualidade. Espera-se, assim, que tais iniciativas contribuam para uma maior conscientização o problema e previnam gravidezes precoces.



## **Tema 24: A contribuição da ciência para o bem-estar social no Brasil**

No século XX, Oswaldo Cruz, renomado médico sanitariano brasileiro, desempenhou um papel fundamental na promoção da saúde pública ao garantir a obrigatoriedade da imunização para a população. Entretanto, atualmente, movimentos de descrença científica estão crescendo de forma alarmante, desafiando os direitos conquistados por Cruz. Diante desse cenário preocupante, é essencial analisar os principais fatores que alimentam esse contexto hostil, sendo eles a disseminação de notícias falsas e a desvalorização governamental da ciência.

Em primeiro lugar, é necessário discutir como as notícias falsas impactam negativamente a sociedade. Esse fenômeno está relacionado ao comodismo informacional, tendo em vista que muitos indivíduos permanecem passivos em relação às notícias que recebem, sem questionar sua veracidade. De acordo com a BBC News, a empresa de planos de saúde Prevent Senior ganhou notoriedade após figuras políticas influentes promoverem midiaticamente o uso do “Kit Covid”, um conjunto de medicamentos cuja eficácia nunca foi comprovada. Isso demonstra como a falta de uma análise crítica das informações pode levar à disseminação de práticas prejudiciais à saúde pública. Portanto, é inadmissível que a sociedade não busque se orientar adequadamente sobre assuntos de tamanha importância antes de compartilhar informações. Consequentemente, essa falta de discernimento resulta em um aumento da desconfiança em relação à ciência e às vacinas, o que pode agravar crises sanitárias.

Além disso, é crucial abordar como a desvalorização governamental afeta a confiança da população na ciência. Um exemplo marcante é a postura do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante a pandemia, que disseminou o negacionismo científico e promoveu cortes de verbas na área da pesquisa. Segundo o jornal G1, houve uma queda drástica no investimento em ciência, incluindo o corte nas bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundamentais para o desenvolvimento acadêmico e científico. Tal fator prejudica as contribuições científicas, que são negadas em prol de ideologias que comprometem a saúde e o bem-estar da sociedade. Por conseguinte, essa negligência governamental resulta em um retrocesso, afetando diretamente o avanço de novas pesquisas e inovações.

Portanto, torna-se evidente a necessidade urgente de combater o negacionismo científico. Para isso, a sociedade deve promover uma mobilização social que valorize a contribuição da ciência para o bem-estar coletivo. Isso pode ser feito por meio de campanhas midiáticas que envolvam cientistas, pesquisadores e influenciadores digitais, visando disseminar informações precisas e acessíveis sobre a importância da ciência na vida cotidiana. Espera-se, assim, que essa iniciativa contribua para uma maior valorização da ciência e que permita à sociedade reconhecer seu papel vital na promoção da saúde e na construção de um futuro melhor.



## **Tema 25: A necessidade de mobilidade sustentável no Brasil**

Poluição. Congestionamentos. Acidentes. Atrasos. Esses são alguns dos problemas enfrentados diariamente pelos brasileiros que vivem nos grandes centros urbanos. Diante desse cenário lamentável, surge como alternativa a urgente necessidade de implantação da mobilidade sustentável no Brasil. Contudo, por mais promissora que essa ideia seja, na prática, o que se constata é a baixa adesão à causa. Nesse sentido, convém analisarmos os motivos desse comportamento.

Nessa perspectiva, a questão cultural contribui para a não implantação da mobilidade sustentável. Indiscutivelmente, os automóveis tornaram-se símbolo de poder e de liberdade. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 75% das famílias brasileiras possuem ao menos um veículo, o que reflete essa mentalidade. Contudo, é fundamental que repensemos essa simbologia individualista no contexto dos tempos modernos, considerando o impacto negativo que ela possui na qualidade de vida dos brasileiros, como o aumento das emissões de gases poluentes e o estresse diário no trânsito. Por isso, implementar uma mobilidade sustentável nas cidades é fundamental.

Ademais, a falta de vontade política também é um empecilho para a implantação da mobilidade sustentável. Sob esse aspecto, uma reportagem do jornal “Estadão” destacou que a solução para os problemas no trânsito no Brasil nunca é pensada sob a ótica da sustentabilidade. Um exemplo disso é a implementação de ciclovias em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, que, apesar de algumas iniciativas, ainda enfrentam resistência devido a pressões da indústria automobilística e à falta de infraestrutura adequada. Esse comportamento lamentável é motivado, muitas vezes, por pressões da indústria automobilística, que visa apenas ao lucro e não se preocupa com a deterioração da qualidade de vida dos brasileiros. Logo, reverter esse panorama é preciso.

Assim, no Brasil, existe uma forte necessidade para a implantação da mobilidade sustentável. Para abordar essa questão de forma eficaz, o governo deve implementar políticas públicas que priorizem a construção de infraestrutura para transporte coletivo eficiente, como ônibus elétricos e sistemas de metrô, além de fomentar o uso de bicicletas e caminhadas, mediante campanhas educativas e subsídios. Essas ações têm o fito de não apenas reduzir a poluição, mas também promover um estilo de vida mais saudável e sustentável.



## **Tema 26: Direito e dignidade do trabalhador doméstico no Brasil**

A série “Young and Hungry” retrata as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores domésticos, como o desrespeito de seus patrões, expostas em um contexto que prejudica o bem-estar do indivíduo. De forma análoga, no Brasil, a realidade dos trabalhadores domésticos espelha essa ficção, uma vez que seus direitos são frequentemente descumpridos, comprometendo a dignidade humana. Assim, é crucial analisar as causas e os efeitos desse vergonhoso cenário a fim de buscar soluções efetivas.

Nesse contexto, a falta de medidas regulamentares eficazes agrava a violação dos direitos desse grupo vulnerável. A ausência de fiscalização adequada para proteger os trabalhadores resulta na burla de seus direitos. Segundo o portal “UOL”, 71% dos empregados domésticos no Brasil afirmam ser vítimas de abusos diários em seus ambientes de trabalho, sendo forçados a silenciar as agressões por falta de amparo legal. Conseqüentemente, esse silenciamento favorece a naturalização dessa violência. Logo, é inaceitável que essa negligência contribua para o alarmante panorama de constante agressão a cidadãos que já se encontram em situação vulnerável.

Além disso, é fundamental ressaltar que essa desconsideração pela condição dos trabalhadores domésticos fere a dignidade daqueles que dependem desse trabalho para sobreviver. Essa realidade foi refletida na novela “Fina Estampa”, que expõe de maneira contundente a forma desumana como uma empregada doméstica é tratada. Na sociedade brasileira contemporânea, a opressão sistemática no ambiente de trabalho resulta na autodepreciação e no adoecimento emocional, levando à deterioração da saúde mental e social do trabalhador. Conseqüentemente, é inadmissível que o colaborador seja submetido a um tratamento tão cruel, afetando profundamente seu bem-estar psicológico.

Portanto, é imperativo que o governo, na qualidade de promotor do bem-estar nacional, intensifique as leis trabalhistas voltadas à proteção física e moral dos trabalhadores domésticos. Isso pode ser alcançado por meio de uma fiscalização rigorosa e da criação de canais de denúncia acessíveis e eficazes para relatar abusos de autoridade. Assim, espera-se reverter esse panorama desumano e evitar a perpetuação do que foi demonstrado na série “Young and Hungry”.



## **Tema 27: O combate ao comércio ilegal de animais silvestres no Brasil**

O filme “Rio”, lançado em 2011, narra a história da arara-azul Blue, que, capturada por contrabandistas quando filhote, vive domesticada e sem nunca ter aprendido a voar. Essa narrativa reflete a triste realidade do comércio ilegal de animais silvestres no Brasil, que causa danos significativos ao meio ambiente. Essa questão é agravada pela inação das esferas governamentais e pela indiferença da sociedade em relação à proteção da fauna brasileira, resultando em um dilema que precisa ser urgentemente abordado.

Sob essa perspectiva, o Artigo 225 da Constituição de 1988 garante o direito ao equilíbrio ambiental, estabelecendo uma base legal para a proteção da biodiversidade. Contudo, a implementação prática dessa legislação frequentemente é negligenciada. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o Brasil ocupa a 4ª posição entre os países com mais espécies ameaçadas de extinção. Essa realidade alarmante é reflexo da ausência de ações efetivas por parte do governo no combate ao contrabando de espécies silvestres, levando à perda irreparável de biodiversidade e ao consequente desequilíbrio dos ecossistemas. Consequentemente, o descaso governamental perpetua a extinção de espécies essenciais, como lobos-guará, para a manutenção do equilíbrio ecológico.

Ademais, eventos de entretenimento que exploram animais silvestres alimentam ainda mais esse comércio ilegal. Segundo o portal de notícias G1, aves canoras estão entre as espécies mais traficadas, pois são frequentemente utilizadas para fins recreativos. Essa cultura de entretenimento contribui para a normalização da exploração da fauna, desconsiderando o impacto negativo que isso provoca tanto nos animais quanto nos ecossistemas. Nota-se, assim, que o descaso agrava a situação de animais silvestres e perpetua a desvalorização da vida selvagem. Por conseguinte, a falta de denúncias e de proteção ambiental contribui para o tráfico e a exploração, resultando na perda da biodiversidade.

Logo, é necessário alterar o cenário. Portanto, é imperativo que o Ministério do Meio Ambiente, encarregado da política nacional de conservação, implemente melhorias na fiscalização dos biomas brasileiros. Isso pode ocorrer por meio do policiamento e da promoção de canais de denúncias, a fim de combater o comércio ilegal de animais silvestres no Brasil. Além disso, campanhas de conscientização destinadas à população são fundamentais para sensibilizar a sociedade sobre a importância da proteção da fauna e do meio ambiente. Dessa maneira, espera-se que os efeitos devastadores apresentados no filme “Rio” não se tornem uma realidade no Brasil, mas sim um chamado à ação pela preservação da biodiversidade.



## **Tema 28: A diminuição da prática de exercícios entre jovens no Brasil**

O filme “Wall-e” retrata um mundo futurista onde todos os indivíduos são sedentários e totalmente dependentes da tecnologia. Fora da ficção, a diminuição da prática de exercícios entre os jovens no Brasil torna-se um desafio alarmante, uma vez que a falta de atividade física está diretamente relacionada a problemas de saúde, como obesidade e doenças cardíacas. Nesse contexto, o sedentarismo e a dependência digital emergem como as principais causas do problema no país.

Diante disso, o sedentarismo é um dos principais fatores que prejudicam a questão. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o sedentarismo atinge cerca de 80% dos adolescentes no Brasil, resultando em um aumento significativo nos índices de obesidade e complicações relacionadas à saúde. Isso ocorre porque muitos jovens não são estimulados à prática de atividade física, quando estão fora da escola, tendo em vista que muitos familiares não realizam também exercícios. Com isso, o exemplo familiar molda os menores, que preferem trocar brincadeiras ativas por ver filmes e séries. Logo, é necessário alterar essa situação para não prejudicar a saúde do público infantojuvenil.

Ademais, a dependência digital é outro fator importante que contribui para a inatividade de exercícios. As telas, sejam de celulares, tablets ou computadores, tornaram-se uma parte integral do cotidiano, atraindo a atenção das crianças e adolescentes. A OMS alerta que o tempo excessivo em frente a telas está associado ao aumento da inatividade física, o que eleva o risco de obesidade e doenças relacionadas. Nesse sentido, o entretenimento proporcionado por videogames e redes sociais acaba por substituir práticas esportivas, levando os jovens a um estilo de vida cada vez mais passivo. Logo, tal problema não só afeta a saúde física, mas também impacta a saúde mental, contribuindo para problemas como ansiedade e depressão.

Logo, é necessário que o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação, desenvolva campanhas educativas voltadas para a conscientização sobre os riscos do sedentarismo e a importância da atividade física. Essas campanhas devem ser realizadas por meio de oficinas para pais, ressaltando a importância do tempo de lazer ativo e a limitação do uso de dispositivos eletrônicos, a fim de os familiares contribuírem no estímulo aos esportes. Além disso, é fundamental que o governo invista na infraestrutura esportiva nas comunidades, facilitando o acesso a espaços adequados para a prática de exercícios. Dessa forma, será possível reverter o cenário apresentado no filme “Wall-e”, promovendo uma juventude mais saudável e ativa.



## **Tema 29: Os desafios da adultização de crianças no Brasil moderno**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece direitos fundamentais, como a proteção à infância, que visam garantir a proteção e o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes no Brasil. No entanto, a realidade contemporânea revela que, em vez de serem protegidas, muitas menores estão sendo transformadas em miniadultos, frequentemente assumindo responsabilidades e pressões que não são adequadas à sua faixa etária. É crucial analisar não apenas as causas desse problema, mas também as consequências dessa adultização.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que as crianças são impressionáveis e vulneráveis. A ascensão dos influenciadores digitais infantis tem atribuído a essas crianças funções adultizadas, como a responsabilidade de criar conteúdos e interagir com o público, muitas vezes exigindo planejamento e gravações de vídeos. Essa pressão para performar não só compromete o tempo que deveriam dedicar ao lazer, mas também as expõe a críticas e comparações, prejudicando seu desenvolvimento emocional. É, dessa forma, revoltante que os pais, responsáveis pelo bem-estar do menor, sejam os que mais contribuem para a adultização desses pequenos trabalhadores.

Além disso, a adultização manifesta-se em práticas alarmantes, como o casamento infantil, especialmente em regiões mais pobres do Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), milhares de meninas são forçadas a se casar antes dos 18 anos, muitas vezes devido a questões culturais e socioeconômicas. Consequentemente, essa situação não apenas interrompe a infância e a educação dessas jovens, mas também perpetua ciclos de violência e dependência financeira do novo companheiro, colocando-as em um papel de adultização forçada e retirando-lhes a oportunidade de sonhar e planejar seu futuro.

Portanto, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, responsável pela proteção dos direitos das crianças, deve implementar campanhas de conscientização sobre os perigos da adultização. Essas campanhas podem ser veiculadas por intermédio de canais de comunicação, como rádio, televisão e redes sociais, visando informar e sensibilizar os responsáveis sobre a importância de preservar a infância. Além disso, é necessário fortalecer a atuação dos Conselhos Tutelares e das instituições de proteção à infância, garantindo que haja apoio e recursos suficientes para coibir o casamento infantil e oferecer alternativas, como a promoção da educação e o empoderamento das meninas. Dessa forma, os ideais do ECA serão cumpridos.



### **Tema 30: Desafios para a promoção da saúde masculina na sociedade brasileira**

A campanha Novembro Azul objetiva conscientizar a população masculina da importância e da necessidade do combate preventivo de doenças que acometem a saúde, primordialmente o câncer de próstata. No Brasil, entretanto, a promoção da saúde do homem ainda é negligenciada pelo tecido social, o que figura como um enorme desafio enfrentado na contemporaneidade. Nesse sentido, convém analisar os principais aspectos relacionados a tal problemática.

Diante desse cenário, o preconceito e o machismo perpetrados na sociedade brasileira evidenciam-se como responsáveis por tal adversidade. Leva-se em conta que o estereótipo apresentado socialmente de homem forte e imbatível, além da necessidade da autoafirmar erroneamente que os cuidados com a saúde são “características de mulher”, colaboram para que os homens tenham uma expectativa de vida muito menor que a das mulheres, segundo dados ofertados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, eles evitam atendimentos médicos e negam a atenção ao próprio corpo, como a realização de exames preventivos ou de rotina, reforçando uma visão ignorante. É lamentável que, em pleno século XXI, o indivíduo do sexo masculino ainda associe a procura médica à fragilidade.

Ademais, a carência de políticas de incentivos para a busca pelos cuidados com a saúde corrobora a tenacidade dessa situação. Com a negligência e a baixa oferta de meios, como mutirões e projetos comunitários, que ofertem o acesso à informação, muitos indivíduos banalizam a saúde mental, por exemplo, pois acreditam que “homem não chora” e que explorar as próprias emoções é sinônimo de fraqueza. Consequentemente, as crises de ansiedade e a depressão podem ocorrer e, por vezes, os cidadãos têm dificuldades de reconhecer os sintomas e buscar ajuda. Logo, é inadmissível que essa realidade seja banalizada e não receba a devida importância.

Depreende-se que tal situação carece de maior zelo. Portanto, o Ministério da Saúde, órgão responsável pela administração do bem-estar dos brasileiros, deve atuar na criação de políticas públicas, com o auxílio de influenciadores, que sejam propagados por meio de recursos midiáticos e propagandas, com a intenção de incentivar e de conscientizar acerca da importância do acompanhamento da saúde masculina. Além disso, a mídia deve criar ficções engajadas que abordem a temática da disposição emocional e incitem tratamentos psicológicos. Dessa forma, tais ações contribuirão para a prevenção de enfermidades e para o favorecimento da qualidade de vida dos homens.



# GOSTOU DESTE MATERIAL?

 Proenem



**AO SE CADASTRAR VOCÊ AUMENTA SUA NOTA E  
CONCORRE A PRÊMIOS INCRÍVEIS!**

**CADASTRE-SE AQUI**